

SINDXEF-SP

FILIADO À

CSP  
CobratrasE A  
COIBSEF

# O DESMONTA DO ESTADO

SINDICATO DOS  
TRABALHADORES NO  
SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

*Sucateamento, desvalorização dos servidores, terceirizações, transferência de responsabilidades do governo federal aos estados e municípios, privatizações, concessões, redução das receitas tributárias, entre outros, são fases do processo de desmonte do Estado brasileiro. Trata-se da destruição dos serviços públicos e direitos sociais conquistados por meio de muita luta dos trabalhadores, mostrando que o Estado não é um bem comum como deveria ser. Mas isto é um barril de pólvora. O povo não assiste a destruição dos serviços públicos calado. As explosões sociais que varreram o país a partir de junho do ano passado mostraram isso.*

## A QUEM SERVE O ESTADO HOJE?

O papel do Estado deveria ser garantir saúde, educação, segurança, moradia, etc., para todos. Mas, como ele funciona hoje?

A definição de que o Estado é imparcial e, portanto, todos têm as mesmas oportunidades, dá a entender que as instituições públicas e os direitos sociais são para todos. Isso não se concretiza na realidade. O Estado funciona hoje como um conjunto de instituições articuladas, que tem como objetivo manter o status quo da sociedade, ou seja, manter a sociedade como ela é, no nosso caso, marcada por desigualdades muito profundas, com classes sociais opostas.

O Estado não é neutro. Está a favor de quem detém o poder. A polícia, por exemplo, não atua da mesma forma nas periferias e nos bairros nobres. A Justiça não atua contra políticos envolvidos em esquemas de corrupção, da mesma forma que atua nos processos contra os manifestantes.

O Estado atual serve aos proprietários dos meios de produção, aos donos das terras, das fábricas e bancos, em resumo, à burguesia.



## Estado de Bem-Estar Social

A situação política do século XX obrigou os governos, no “calor” de revoluções e levantes sociais, a garantir inúmeros direitos aos trabalhadores europeus. Até o final do século XIX, o sistema capitalista se desenvolvia e podia fazer algumas concessões, como a redução das longas jornadas de trabalho, que antes duravam até 14 ou 16 horas, o salário mínimo, proteção do trabalho da mulher e do menor e uma série de outros direitos.

No século XX, o capitalismo começou a enfrentar suas primeiras crises. Explode a I Guerra Mundial. Os

trabalhadores chegaram a tomar o poder, em 1917, durante a revolução russa. Esse período, particularmente na Europa, favoreceu a conquista de uma série de direitos. Isso avançou até a II Guerra Mundial. Na reconstrução da Europa, os governos, com medo de que os trabalhadores utilizassem a guerra para ir além das disputas entre países e tentassem mudar o sistema, isto é, acabar com o capitalismo e implantar o socialismo, outorgaram direitos sociais em termos de salários, previdência, saúde e educação. Cria-se, então, o chamado “Estado de Bem-Estar Social”.

## Estado Mínimo / Neoliberal

Esses direitos começam a ser atacados ainda na segunda metade do século XX e hoje, no início do século XXI, o Estado de Bem-Estar Social já está bastante desmontado, na Europa e nos Estados Unidos.

O Estado passa a concentrar-se apenas em algumas áreas, como segurança e justiça, deixando o provimento de outros serviços públicos para empresas contratadas. Isso aconteceu paralelo à globalização da economia, às ondas de crescimento e crise do sistema capitalista, ao desmonte neoliberal, que atacou

o aparelho do Estado, gerando pobreza e precarização do trabalho.

Com a política de sucateamento dos serviços públicos, torna-se latente o discurso ferrenhamente liberal, contra a presença do Estado na economia, em razão da suposta “ineficiência implícita e inerente ao setor público”, face à correspondente superioridade “inquestionável” do capital privado. O empresariado brasileiro critica o ente estatal, mas sobrevive com recursos no BNDES a custo zero ou outras benesses públicas de todo tipo.

## O papel do Estado durante a Ditadura Militar no Brasil

Durante a Ditadura Militar a economia brasileira caracterizou-se pela grande intervenção do Estado, em projetos de infraestrutura necessários aos interesses dos grandes grupos capitalistas nacionais, em especial aqueles que mantinham estreitos vínculos com o capital internacional. A política econômica era marcada por um amplo programa de investimentos do Estado, financiados através de fundos obtidos junto a instituições internacionais de crédito. Os Estados Unidos, através de uma política de créditos fáceis e de empréstimos de capital, foi o país que mais investiu no Brasil, iniciando-se aí a escalada do endividamento externo nacional.

O Estado passou a investir maciçamente em programas de crescimento nas áreas das telecomunicações, construções de estradas para implantar um sistema de transporte rodoviário, ampliação do sistema de geração e distribuição de energia elétrica. Esse período se notabiliza pelos pro-



jetos e construções de obras de grande porte, que exigiram grande aporte de capital, algumas efetivamente necessárias, outras nem tanto como, por exemplo, a construção de diversos estádios esportivos, alguns com capacidade de receber um número de frequentadores maior do que a população das comunidades onde foram construídos, a Transamazônica, e o acordo nuclear Brasil-Alemanha, no valor de 30 bilhões de dólares, para

a construção de nove usinas atômicas.

O crescimento resultou no benefício de poucos, haja vista que agudizou o problema da má distribuição de renda. A partir de meados da década de 80 começam a vir a tona os aspectos negativos da política econômica implantada pelos governos da ditadura militar. Em 1982 e 1983 o Brasil já bate as portas do FMI e observa-se uma acentuada elevação do endividamento externo que em 1984

chegava a casa dos 100 bilhões de dólares, determinando o crescimento da dependência externa. Os grandes monopólios produtivos levaram ao sucateamento do parque industrial nacional.

O processo inflacionário voltou a crescer, atingindo seu ápice em 1983, quando bateu a casa de 239%. Inicia-se a partir de então um violento processo de achatamento salarial, recrudescem as taxas de desemprego e, por consequência o aumento do número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza.

Com o fim da ditadura, após ter criado as condições necessárias para a instalação e o desenvolvimento das multinacionais, o governo passa a adotar uma política de redução do papel do Estado nas atividades vinculadas à economia. Começa a etapa da transferência pura e simples do patrimônio público, por meio da venda de empresas estatais federais ao capital privado a preços irrisórios.

### Governos Collor e Itamar: Venda das empresas estatais

Collor iniciou o processo de privatizações. O então presidente apresentava o estado como se fosse um elefante: lento e pesado. Vinculava a reforma do Estado com os serviços públicos e servidores. Em dois anos de governo, privatizou a Usiminas e outras 17 empresas.

Em seguida, Itamar Franco, com mandato do final de 1992 até o início de 1995, privatizou a CSN e a Embraer, a uma das maiores empresas que constrói aviões no mundo, o que representou uma grande perda de patrimônio tecnológico ao país.

### Governo FHC: Aumento das privatizações

O governo FHC deu um boom no processo de privatizações no Brasil. Vendeu a Vale, a Rede Ferroviária, as Teles, os bancos estaduais e inicia os lei-

ões do petróleo. Pensava-se que seria difícil superar FHC em termos de privatizações, mas os governos Lula e Dilma conseguiram essa façanha.

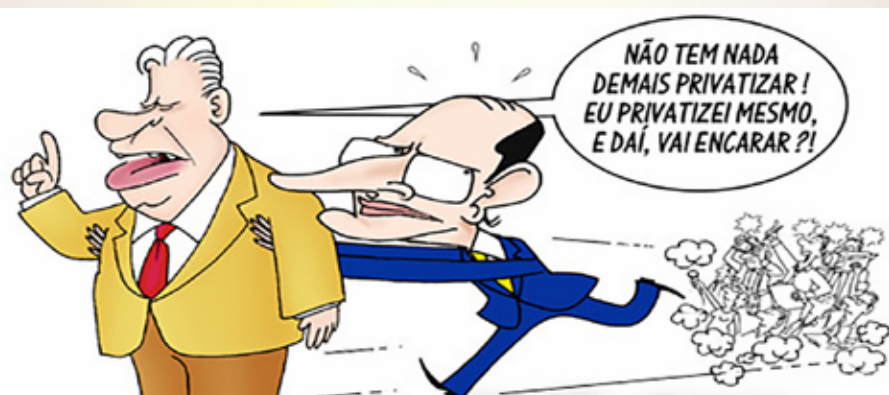


### Governos Lula e Dilma: PT aprofunda a política neoliberal do PSDB

Contrariando a expectativa popular de que o PT seria um governo de esquerda com objetivo de fortalecer o Estado e os instrumentos de intervenção pública para contrapor o mercado e os interesses capitalistas, os governos de Lula e Dilma deram continuidade a política econômica neoliberal implementada pelos antecessores.

Lula e Dilma não apenas segui-

ram com as privatizações dos bancos estaduais, como promoveram mais leilões do petróleo, vendas de hidrelétricas, novas concessões por décadas para rodovias, ferroviárias, portos e aeroportos, estenderam o processo de desmonte para a educação, a cultura e a saúde públicas, a exemplo da previdência complementar dos servidores e da entrega de órgãos para OSs, como os Hospitais Universitários.



## NOVAS FACES DO DESMONTE

Todas essas transformações na política, marcadas pelas privatizações, reformas, terceirizações dos serviços públicos, entre outros, foram, pouco a pouco, alterando o papel cumprido pelo Estado. Foi o que convencionou-se chamar de Estado Mínimo / Neoliberal.

## ▶ Leilões

Através de leilões, empresas construídas, ao longo de décadas, com recursos públicos são cedidas a preços irrisórios. Somente na 11ª rodada de leilões de Libras (petróleo), realizada nos dias 14 e 15 de maio de 2013, o governo brasileiro vendeu o equivalente a R\$ 6 trilhões

por apenas R\$ 2,8 bilhões para empresas como OBX de Eike Batista e multinacionais como Shell, Chevron e Repsol. De julho de 2000 a março de 2002, com os leilões das ações da Petrobrás, mais da metade da empresa pública brasileira já foi privatizada a preço de banana.

## ▶ Concessões

As concessões de ferrovias, portos, rodovias, aeroportos e sistemas de transportes urbanos são uma forma vantajosa de privatização para

as empresas. Os contratos com as empresas privadas oferecem exclusividade de exploração comercial e econômica por prazos que variam entre 20 e 35 anos, com possibilidade de prorrogação por mais cinco. As concessões do sistema rodoviário, por exemplo, consomem dezenas de bilhões em investimentos e são entregues depois para o capital privado gerir. As empresas vencedoras exploram o serviço durante 30 anos, contam com financiamento público a juros baixíssimos, com prazo de até 25 anos, e uma taxa de retorno garantido pelo governo de “pelo menos 9%”.



## ▶ Parcerias Público-Privadas: Privatização sem leilão

O governo do PT, seguindo recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, aprovou o projeto de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Obras de empreendimento em infraestrutura seriam realizadas por empresas privadas que receberiam dinheiro público para isso por meio do financiamento do Estado. As PPPs não garantiram o fornecimento de serviços públicos de qualidade para a população, e ainda significaram um aumento das tarifas públicas. De acordo com a lei das PPPs, para garantir o cumprimento das obrigações com o parceiro privado, o governo pode vincular receitas tributárias a esse pagamento, ou vender os próprios bens da União.

Isso significa entregar o país nas mãos de empresários. Para completar, um estudo da organização Transparência Brasil aponta que a legislação das PPPs torna as licitações mais sujeitas a manipulações subjetivas dos agentes públicos, em outras palavras, são fontes de corrupção.



## ▶ Reformas

Desde o governo Collor, as reformas administrativas passaram a dificultar a vida dos servidores públicos. Já com os governos de FHC, Lula e Dilma, vieram reformas que atacaram direitos historicamente conquistados. Dentre tantos projetos que retiraram direitos, favoreceram a precarização do trabalho através do aumento das terceirizações, fragmentaram e esvaziaram o serviço público, uma das mais nefastas foi a reforma da previdência.

A reforma da previdência de 2003, comprada no esquema de corrupção “Mensalão” durante o governo Lula, aumentou a idade mínima e o tempo de contribuição para a aposentadoria dos servidores públicos, contém uma série de inconsistências e até mesmo ofensas à Constituição brasileira, tais como a cobrança de “contribuição” dos inativos, quebrou a paridade e a integralidade entre ativos e aposentados e iniciou a privatização da previdência, com a criação do fundo complementar, o Funpresp (que acaba com a aposentadoria integral).



## ▶ Transferência de responsabilidades aos estados e municípios

O governo sucateia os órgãos e depois se utiliza da descentralização para transferir a responsabilidade dos serviços públicos para os estados e os municípios. No entanto, isto não soluciona os problemas enfrentados pela população ou pelos servidores.

O processo de descentralização das atividades de combate a endemias pode ser usado como exemplo. Os agentes de endemias (ex-Funasa), atualmente ligados ao Ministério da

Saúde, foram redistribuídos para as prefeituras, ficando isolados e expostos a uma série de dificuldades, entre elas, a falta de condições de trabalho, desvio de função e assédio moral. A criação do SUT (Sistema Único do Trabalho) visa seguir os mesmos moldes, ou seja, transferir as atribuições do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os estados e municípios. Este é mais um ataque aos trabalhadores e que nada resolve para os usuários.

## Organizações Sociais

As Organizações Sociais podem atuar em diversas áreas sociais, sendo que a maioria opera no setor saúde, cultura e ciência e tecnologia. Na área da saúde, a continuidade do processo de estrangulamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é garantida pela restrição das verbas orçamentárias e consequente redução da capacidade do sistema em oferecer um atendimento de qua-

lidade à maioria da população. Aos poucos se consolida a alternativa de privatização do sistema, por meio da generalização da prática das “Organizações Sociais” (OSs) nos municípios e nos estados. Já em nível federal, exemplo disso é a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EB-SERH), para flexibilizar as condições de operação dos hospitais universitários.



## Desoneração tributária

A redução dos impostos diminui a capacidade do Estado em cumprir com suas funções básicas e de ampliar seus investimentos. O governo proporcionou aos empresários a desoneração da folha de pagamentos para efeitos de recolhimento de tributos da previdência social. Isentou de parte da carga tributária a venda de um conjunto amplo de bens, como a linha branca (geladeiras, máquinas de lavar, fogões, etc) e o setor automobilístico. Só para 2014, a estimativa do próprio governo é uma perda de arrecadação na ordem de R\$24 bi com a desoneração da Folha. Quem se beneficia são sempre os empresários, que pagam menos impostos e aumentam seus lucros, mas ao mesmo tempo seguem demitindo os trabalhadores.

## Pagamento da eterna dívida pública

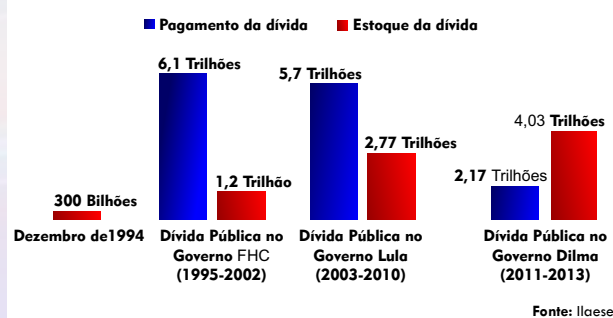
O pagamento dos juros e amortizações da dívida pública faz parte da política de desmonte do Estado. Anualmente, o governo gasta entre 43 a 45% do Orçamento Geral da União (OGU) para pagar somente

juros da dívida, deixando de investir em áreas fundamentais, que poderiam melhorar bastante a vida da população. Durante os governos FHC, Lula e os primeiros anos de Dilma, foram pagos 13,97 trilhões de reais. No entanto, ainda assim a dívida passou, no mesmo período, de R\$ 300 bilhões para quase 4,03 trilhões de reais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal coloca o pagamento de dívidas como prioridade, permitindo inclusive, que a estabilidade dos servidores seja quebrada para garantir sua aplicação.

Ao contrário do que muita gente pensa, exigir o não pagamento da dívida pública, por exemplo, e sua auditoria não tem nada de absurdo, porque apesar da quantidade gigantesca de recursos que o governo têm pago aos credores, o valor nunca para de crescer.

Comparativo entre o que já foi pago e o estoque da dívida pública federal nos governos FHC, Lula e Dilma (em R\$)



## O ESTADO QUE TEMOS E O ESTADO QUE QUEREMOS

Os grandes protestos de junho de 2013 mostraram que as contradições entre os interesses da maioria da população e dos poucos grupos econômicos, que detém as riquezas do país, vão aumentando. Os trabalhadores, que já têm baixos salários e que gastam parte de sua renda com saúde, educação e transporte, foram para as ruas exigir investimentos nos serviços públicos.

O governo não trata os serviços essenciais com a devida prioridade. A falta de condições de trabalho nos órgãos públicos dificulta a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população. Os servidores enfrentam sérios obstáculos para cumprir suas atribuições: instalações físicas em péssimas condições de conservação, insuficiência de recursos humanos e materiais, computadores obsoletos e sistemas que não funcionam. Em



várias unidades é possível perceber o desgaste nas redes elétricas e hidráulicas, infiltrações, vazamentos, teto caindo, falta de manutenção nos equipamentos, mobiliários quebrados, entre outros problemas enfrentados rotineiramente pelos trabalhadores e pelos usuários.

Os grandes grupos empresariais, que controlam o Estado, não se preo-

cupam com a qualidade dos serviços públicos prestados à população porque têm por objetivo apenas a obtenção de lucros.

O clamor das ruas mostra que o país precisa de uma mudança profunda. São interesses irreconciliáveis. Só haverá um Estado a favor dos trabalhadores quando houver uma transformação social que garanta a

participação ativa e permanente das grandes massas nas decisões e na vida econômica, política e cultural do país.

Precisamos de uma democracia efetiva, onde a população decida diretamente as principais questões do país. O capitalismo é um sistema que não visa a igualdade social e por isso precisa ser destruído. O Estado precisa se colocar a serviço de uma sociedade igualitária e socialista, onde os recursos naturais disponíveis sejam utilizados de forma racional e a produção se dê em base a um plano discutido em toda a sociedade, com vigilância permanente por parte dos trabalhadores sobre a elaboração e o cumprimento deste plano.

A população que acordou nos protestos e se levantou na defesa de seus direitos precisa avançar na tirada das conclusões a respeito do Estado que temos e do Estado que queremos!